

RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS

01 de Abril de 2017 a 31 de Março de 2018

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem o Conselho de Administração de OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, S.A. “OCP Portugal”, submeter a V. Exas. o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelo respectivo Anexo, respeitantes ao exercício compreendido entre 1 de abril de 2017 e 31 de março de 2018.

De acordo com a legislação em vigor e após obtidas as devidas aprovações legais, a OCP Portugal, SA alterou a 01 de abril de 2015 o seu ano fiscal e económico para o período de 1 de Abril a 31 de Março de cada ano, por forma a coincidir com o calendário financeiro e com as políticas de reporte do Grupo Celesio/McKesson de que faz parte integrante, bem como do seu Accionista único, Admenta France.

Cumpre informar os Senhores Accionistas de que a Empresa decidiu adotar pela primeira vez, no exercício terminado a 31 de março de 2017, na preparação das suas Demonstrações Financeiras individuais as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 31 de março de 2017, tal como adotadas pela União Europeia, como referencial contabilístico. A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e Relato Financeiro tem como objetivo a harmonização da preparação e emissão das demonstrações financeiras individuais com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O Resultado Líquido do Exercício finalizado a 31 de março de 2018 foi positivo em 8.756.527,10€.



PRINCIPAIS INDICADORES

Seguidamente apresentamos a evolução dos principais indicadores:

1.PRINCIPAIS INDICADORES

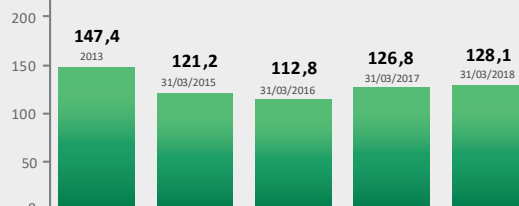
	01/ABR/17 A 31/MAR/18	01/ABR/16 A 31/MAR/17	01/ABR/15 A 31/MAR/16	01/ABR/14 A 31/MAR/15	2013	2012	2011
I - INDICADORES DE GESTÃO (em Milhares de Euros ou nº)							
1. Vendas e Prestações de Serviços	522 341	524 406	503 937	621 695	488 426	458 724	486 744
2. Resultados Líquidos	8 757	8 248	7 672	-10 062	3 975	-1 160	-8 893
3. Cash-Flow	9 574	9 031	8 542	-8 847	5 004	-130	-7 803
4. Fundo de Maneio *	46 860	48 292	53 967	54 526	82 612	91 715	103 321
5. VAB **	20 890	21 973	20 733	44 008	33 788	32 756	40 533
6. Empregados (nº)	297	294	264	267	269	269	268
7. Custo/Empregado	34 995	35 177	36 374	42 913	33 401	31 791	33 228
8. Produtividade	1 759	1 784	1 909	2 328	1 816	1 705	1 816
9. Armazéns (nº)	7	7	7	7	7	7	7
10. Empregados/Armazém (nº)	42	42	38	38	38	38	38
II - ECONÓMICOS (rácios)							
11. Rendibilidade Bruta das Vendas	6,60%	6,77%	6,51%	9,41%	9,20%	9,61%	10,63%
12. Rendibilidade Financeira	12,37%	13,29%	14,26%	-21,81%	7,07%	-2,22%	-16,66%
13. Rendibilidade Económica	6,85%	6,50%	6,80%	-8,30%	2,70%	-0,75%	-5,45%
14. Rendibilidade das Vendas	1,68%	1,57%	1,52%	-1,62%	0,81%	-0,25%	-1,83%
15. Rotação do Activo Total	4,1	4,1	4,5	5,1	3,3	3,0	3,0
16. Rotação das Existências	28	26	26	20	19	22	22
17. Prazo Médio de Cobranças (dias)	55	56	62	55	78	88	92
18. Prazo Médio de Pagamento (dias)	44	44	43	38	35	38	36
III - FINANCEIROS (rácios)							
19. Grau de Autonomia	55,4%	48,9%	47,7%	38,1%	38,1%	33,8%	32,7%
20. Solvabilidade	1,24	0,96	0,91	0,61	0,62	0,51	0,49
21. Líquidez Geral	1,99	1,84	1,79	1,50	2,75	1,44	1,40
22. Líquidez Reduzida	1,44	1,30	1,05	1,14	2,32	1,19	1,18

* *Fundo de Maneio = Clientes+Inventario-Fornecedores*

** *VAB =Vendas + Serviços Prestados -CMVC-FS*

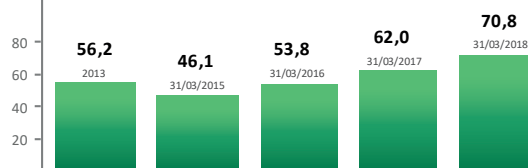
**ACTIVO
LÍQUIDO**

Milhões



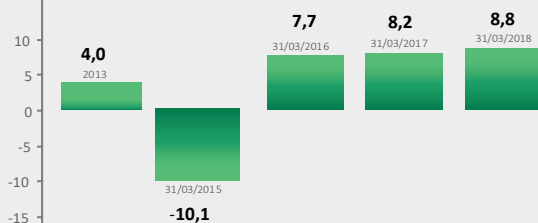
**SITUAÇÃO
LÍQUIDA**

Milhões



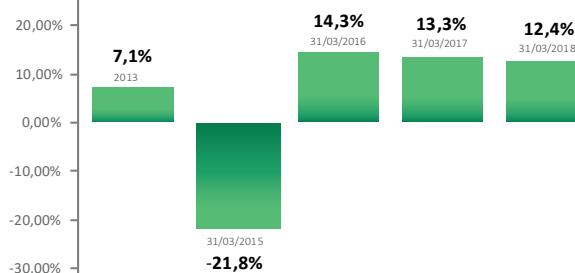
**RESULTADOS
LÍQUIDOS**

Milhões



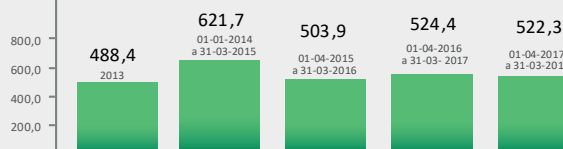
**RENTABILIDADE
FINANCEIRA**

Porcentagem



**VENDA E SERVIÇOS
PRESTADOS**

Milhões



Nota: Os valores do exercício finalizado a 31 de março de 2015, são referentes a 15 meses de actividade.

ATIVIDADE



2. ACTIVIDADE

Num ano de 2017 difícil, em que a continua pressão internacional para o controle orçamental das nossas contas publicas, e na sequência da evolução positiva do ano anterior, os principais indicadores económicos de Portugal, continuaram a apresentar valores de crescimento efectivo. Segundo o INE, “em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento de 2,7% em volume, uma taxa superior em 1,1 pontos percentuais à verificada no ano anterior, tendo atingido, em termos nominais, 193 mil milhões de euros”.

Segundo os mesmos dados, “o contributo da procura interna para a variação do PIB” foi de 2,9 pontos percentuais, “devido sobretudo à aceleração do investimento”. Já a procura externa líquida registou “um contributo negativo de 0,2 pontos, “observando-se uma aceleração das exportações ligeiramente menos intensa que a das importações de bens e serviços”.

Segundo o Infarmed, e seguindo esta tendência, foram adquiridos nas farmácias durante o ano de 2017, mais 1,4 milhões de embalagens de medicamentos face a 2016, tendo sido dispensadas 157 milhões no total, o maior valor dos últimos 5 anos.

O valor suportado pelo cidadão em cada embalagem baixou 1,27 cêntimos nos últimos seis anos (menos 22%). O encargo médio por embalagem foi de 4,44 euros (menos três cêntimos) em 2017. Este aumento do acesso não alterou de forma significativa o nível de despesa. A fatura global oscilou apenas 0,3% face ao período homólogo, para 699 milhões de euros.

A despesa total com medicamentos nas farmácias atingiu quase dois mil milhões de euros, dos quais 1.213,5 milhões de euros são encargos do Serviço Nacional de Saúde, que registou um aumento de 23,7 milhões de euros (0,2%), fruto da disponibilização de mais medicamentos inovadores e de um aumento da dispensa de medicamentos.

No que toca ao mercado da distribuição farmacêutica, este continua a dar sinais de recuperação e o mercado ambulatorio mantém a dinâmica de crescimento em valor, 1,0%, mas em volume, decresce -0,3% em termos homólogos. Os medicamentos de marca foram os que mais contribuíram para a evolução em 2017, com 0,84 p.p. e os genéricos com 0,17 pontos percentuais. Desta forma o preço médio unitário (a PVA), em 2017, foi de 7,47 euros, com um crescimento homólogo de 1,3%, em resultado sobretudo da evolução dos preços dos medicamentos de marca (+1,6%).

Considerando os primeiros três meses de 2018, e analisando os valores a Março de 2018 em termos acumulados no ano, o mercado regista crescimento face ao igual período do ano transacto, quer em valor, +1,1%, quer em volume, 1%. Uma vez que o aumento das vendas acompanha o volume, a evolução do preço médio unitário é estável, +0,1%.

A dinâmica de crescimento em valor no acumulado do ano de 2018 resulta essencialmente do segmento de mercado de genéricos que contribuiu com 0,92 p.p. para a variação homóloga em valor registada. Tal deve-se às novas DCIs com genéricos, como é o caso da Ivabradina, Rosuvastatina, Tadalafil, Olmesartan e Olmesartan+HCTZ.

Nos primeiros três meses de 2018, o mercado dos medicamentos com classificação de genéricos cresce, totalizando 96,2 M€, com a venda 19,9 milhões de embalagens, que equivale a +5,5% e +3,5%, respectivamente, que no mesmo período de 2017. O preço médio unitário, no YTD subiu para os 4,83 €, +2,0% em termos homólogos.

ANÁLISE FINANCEIRA



3. ANÁLISE FINANCEIRA

3.1 CONTA DE RESULTADOS

Considerando o exercício em análise, e não havendo impactos significativos ao nível das imparidades de dívidas a receber registadas nos dois períodos em análise ou em qualquer outra rubrica, a comparabilidade entre os exercícios numa perspectiva quantitativa não está prejudicada.

Assim, o Resultado Operacional antes de gastos de financiamento e impostos foi positivo e situou-se em 11.622.304,15€, enquanto o Resultado antes de impostos ascendeu a 11.718.175,14€. O valor de Imposto sobre o rendimento apurado no período foi de 2.961.648,04€, o Resultado Líquido do período foi positivo em 8.756.527,10€.

Passando à análise das contas de resultados por agregados, tendo por base o referencial normativo contabilístico, é de referir o seguinte:

a) Gastos

O CMV ascendeu a 487.878.766€, reflectindo uma ligeira oscilação da Taxa de Lucro Bruto sobre as Vendas de 6,77% para 6,60%, a qual resultou essencialmente do ajustamento da política de descontos à redução dos prazos de crédito concedido a clientes.

Os FSE atingiram o valor de 13.572.679€, representando um peso na estrutura de custos de 2,50%, ligeiramente superior ao valor registado no exercício anterior, o que se justifica pelo aumento de valor na rubrica de transportes externos, resultantes na transição de viaturas internas de distribuição para viaturas externas, e criação de novas rotas de entregas.

Os Custos com Pessoal ascenderam a 10.393.427€, o que representa um ligeiro aumento do seu peso relativo de 1,97% para 1,99%. O montante de Gastos de depreciação e de amortização ascendeu a 817.231€, sendo o seu peso relativo superior ao verificado no exercício anterior, pelo motivo do aumento no investimentos de activos fixos tangíveis.

Relativamente à Imparidade de dívidas a receber, procedemos mais uma vez a uma análise exaustiva das dívidas a receber de clientes, atendendo às variáveis de risco mais significativas, nomeadamente as garantias em n/ poder e o factor de venda da farmácia.

Da análise resultou a constituição de um valor de imparidades em +620.420€, e reversões no valor de 3.123.849€ resultantes de acordos de pagamentos realizados e valores recebidos no exercício, pelo que o montante de perdas de imparidade em clientes total é agora de 28.482.382€, contra os 30.985.811€ do exercício anterior.

No que respeita aos Juros e Gastos Similares Suportados é de referir o seguinte:

- Os Juros suportados ascenderam a 64.153€, registando-se uma diminuição em - 30.456€; esta diminuição dos juros decorreu da diminuição do endividamento global à casa mãe. Não existe qualquer dívida a instituições bancárias.

b) Rendimentos

As Vendas globais atingiram o montante de 522.340.983€, verificando-se uma redução em relação ao ano anterior na ordem dos 3,23%. Apesar desta redução, OCP Portugal conseguiu aumentar a sua quota de mercado. Segundo o IMS, entidade internacional que faz o tratamento dos dados estatísticos do mercado farmacêutico português, a quota de mercado da OCP Portugal cresceu 0,19% nos 12 meses da actividade deste exercício e em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Factor determinante no não aumento das vendas é a contínua política restritiva de crédito devido à situação financeira das farmácias que ainda se encontra bastante debilitada, dirigida à recuperação dos prazos de recebimento, e seleccionar novos clientes com níveis de rating elevados e prazos de recebimento entre 15 a 30 dias. Esta política restritiva de crédito resultou ainda na diminuição significativa no valor de imparidades de clientes já referida neste relatório.

A Prestação de Serviços atingiu o montante de 3.465.688€, que corresponde a uma variação positiva de +34,65% relativamente ao período anterior. O aumento registado resultou do contínuo aumento dos serviços prestados à indústria farmacêutica.

Os Juros Obtidos situaram-se em 242.312€, respeitando, na sua grande maioria, a juros de mora cobrados a clientes. O valor médio mensal é inferior ao do exercício anterior, fruto da estabilização da nossa dívida de clientes e até redução de novos processos de acordos de pagamento de dívida vencida.

Não se registaram Reversões de depreciação e de amortização.

3.2. CONTAS PATRIMONIAIS E INDICADORES

a) Balanço e Estrutura Patrimonial

O Activo ascendeu a 128.093.507€, verificando-se um aumento pouco significativo de 1.248.035€. Embora o valor de inventários e clientes tenha baixado, o aumento deve-se essencialmente ao saldo positivo no final do exercício do programa de financiamento CashPool com a Holon, SA., incluído na rubrica do activo “Accionistas” e de outras dividas a receber, em especial mercadoria em poder de fornecedores a aguardar a emissão de nota de crédito. O aumento do activo representa uma variação inferior a 1% face ao exercício anterior.

Ao nível das contas de balanço, podemos salientar os seguintes aspectos:

O Activo não corrente diminuiu em 1.525.920€, i.e. 1,07%, tendo-se situado em 20.649.627€, fundamentalmente por via do movimento ocorrido na conta de Impostos Diferidos e Activos Fixos Tangíveis.

Dentro do Activo corrente, cujo montante aumentou em 2.773.956€, o que representa - 1,26%, é de referir o seguinte:

- Ainda que mantendo critérios de eficiência na gestão de stocks, a redução das vendas, e para além do desenvolvimento de parcerias com a indústria farmacêutica, em especial ao nível das transfer orders, e o novo modelo de cooperação com as farmácias, levaram a um decréscimo do valor de Inventários em -1,03%. O seu valor ascendeu a 29.814.571€.

- O saldo de Clientes ascendeu a 64.210.134€, o que reflecte uma redução de -889.837€, ou seja, uma variação de -1,01%. Esta redução reflecte a política de crédito que temos vindo a seguir que tem privilegiado a redução do “overdue” e conduzido, também, à negociação de prazos de recebimento mais curtos, até por via da entrada de novos clientes. Porém, a capacidade financeira das farmácias clientes em solver os seus compromissos evidenciou algumas melhorias, o que conjugado com o aumento do factor de valorização médio das farmácias a que temos assistido, determinou a realização de um teste de imparidade às dívidas de clientes. Do teste de imparidade resultou o montante global de 28.482.382€, verificando-se uma redução de 2.503.429€ neste exercício.

- A conta de Estado e outros entes públicos registou 1.117.395€, justificada essencialmente pelos valores de Iva a recuperar.

- Já a conta de Outras contas a receber assumiu o montante de 5.438.990€, na sua maioria são valores a receber de fornecedores relativos às parcerias e serviços prestados, e mercadoria devolvida a fornecedores a aguardar a emissão de notas de crédito.

No passivo não corrente, a variação mais significativa, tem a ver com o valor registado de 3.250.000€, de valores a liquidar a mais de um ano, pelo pagamento diferido no tempo respeitante à aquisição da Holon, S.A..

Quanto ao Passivo corrente, o seu montante foi de 53.896.334€, verificando-se uma diminuição significativa de 5.745.765€, determinado em grande parte pelas variações na conta de Estado e Outros Entes Públicos em -2.876.809€, e na de Accionistas -2.616.546€ pela liquidação do empréstimo obtido junto da casa mãe e valor em dívida do contrato de cashpool, e pelo aumento de Outras Dívidas de Terceiros no valor de - 616.863€.

Assim, o Capital Próprio aumentou fruto do resultado líquido, tendo passado para 70.800.862€. Ainda assim, o seu peso em relação ao Activo é de 55,36%. Os Resultados Transitados ascendam, neste momento, a 277.040€, contemplando a afectação do Resultado Líquido do Exercício anterior.

b) Rácios e Indicadores de Gestão

Estamos certos de que a solidez económica e financeira da empresa está hoje mais robusta do que no exercício anterior, e temos a empresa bem preparada para continuar a crescer de forma sustentada num mercado altamente concorrencial e competitivo como o da distribuição farmacêutica.

Indicadores de Gestão:

A comparação relativa aos indicadores como Resultados Líquidos e Cash-Flow registaram todos um aumento significativo, respectivamente de 6.16%, 6.00%. Quanto ao indicador da Produtividade, este decresceu 1.42% devido ao aumento de empregados por armazém, que foi no entanto compensado por uma redução de pessoas em regime de trabalho temporário.

Indicadores Económicos:


O comportamento dos *indicadores de rentabilidade* – Rentabilidade das Vendas, Rentabilidade Financeira e Rentabilidade Económica – tiveram pequenas oscilações, a Rentabilidade foi de 6,60% registando uma pequena redução de 0,17% e a Rentabilidade Económica aumentou 0,35%, ficando no

final do exercício em 6,85%, sendo o maior valor dos últimos anos.

No que respeita aos *indicadores de actividade*, importa referir que os valores registados foram de 55 dias para o tempo médio de recebimento, e de 44 dias no tempo médio de pagamento e para 28 dias no tempo médio de rotação das existências, muito idêntico aos valores registados no exercício anterior.

Indicadores Financeiros:

A estrutura financeira da empresa manteve-se sólida, na medida em que o grau de autonomia financeira continuou a subir, este exercício para 55,4%, enquanto o rácio de solvabilidade também subiu para os 124%. No que respeita aos *indicadores de liquidez*, a redução do Passivo corrente conduziu a um aumento na capacidade de solver os compromissos, evidenciada pela manutenção da liquidez geral para os 1,99 e da liquidez reduzida para os 1,44.



GESTÃO DE RISCO

ACÇÕES PRÓPRIAS

SUCURSAIS E NEGÓCIOS COM ADMINISTRADORES

RESULTADO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

4. GESTÃO DE RISCO

A empresa continua a implementar o processo de avaliação de risco do negócio, centrado nos riscos económicos e financeiros, os primeiros função da política do medicamento e o posicionamento estratégico da empresa, os segundos atendendo à actuação do sistema bancário e a evolução das necessidades de fundo de maneio. Semestralmente, na Primavera e no Outono, a Administração avalia os riscos e adopta medidas com vista a diminuir o impacto esperado. As políticas de gestão de risco encontram-se detalhadas na nota 2 do anexo.

5. ACÇÕES PRÓPRIAS

A OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, S.A., durante o período compreendido entre 1 de abril de 2017 e 31 de março de 2018 não deteve, não alienou, nem adquiriu acções próprias.

6. SUCURSAIS E NEGÓCIOS COM ADMINISTRADORES

Não existem sucursais, nem existiram quaisquer negócios com os membros do conselho de administração.

7. RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Dado que os Resultados antes de Impostos foi positivo em 11.718.175,14€ e o Imposto sobre o Rendimento calculado ascendeu a 2.961.648,04€, o Resultado Líquido do Período foi positivo em 8.756.527,10€.

Propomos que o Resultado Líquido do Período, no montante de 8.756.527,10€, tenha a seguinte aplicação:

- Para Reservas Legais: 437.826,36€,
- Para Resultados Transitados: 8.318.700,74€



PERSPECTIVAS FUTURAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

8. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em termos de economia nacional, o Banco de Portugal prevê que Portugal deverá continuar a crescer até 2020, a um ritmo idêntico ao projetado em dezembro do ano passado. Depois de ter aumentado 2,7% em 2017, o produto interno bruto (PIB) deverá crescer 2,3% em 2018, 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020, uma evolução que está em linha com o crescimento estimado pelo Banco Central Europeu para o conjunto da área do euro, de acordo com as projeções do Banco de Portugal para 2018-2020.

O crescimento da atividade deverá ser sustentado pelo forte dinamismo das exportações de bens e serviços e da formação bruta de capital fixo (FBCF) e pelo aumento do consumo privado, num enquadramento económico e financeiro favorável. A redução do ritmo de crescimento do produto interno bruto ao longo do horizonte de projeção deverá refletir a desaceleração da procura externa e restrições do lado da oferta, associadas a constrangimentos estruturais que impedem um maior crescimento potencial.

Ao nível da Europa, a Comissão Europeia melhorou a meio de Fevereiro, as projeções para o crescimento económico na Europa, estimando que depois de se fixar nos 2,4% em 2017, “o ritmo mais rápido da década”, abrande ligeiramente este ano, ao subir 2,3%.

Estas previsões podem ser ainda mais negativas, decorrentes da recente guerra comercial com os Estados Unidos, com imposição de taxas alfandegárias sobre bens oriundos da Europa, em que o primeiro alvo será a Alemanha. Sendo este membro da Comunidade Europeia detentor da economia mais forte da Zona Euro, pode levar a consequências muito significativas no crescimento económico na Europa.

Em termos do sector farmacêutico, espera-se que o actual modelo de margens da distribuição se mantenha, e que os preços dos medicamentos, em especial os genéricos, subam ainda que muito ligeiramente, depois de vários anos de quedas sucessivas.

Assim, após vários exercícios de queda do valor do mercado até 2016, e com um 2017 já em crescimento, espera-se que o ano civil de 2018 seja um ano de continuidade em crescimento, com um mercado positivo perto dos 0,80%.

No que à OCP respeita, estamos convictos de que o plano de marketing e vendas em curso,

acompanhado pelo nível de serviço de qualidade que prestamos, permitir-nos-á crescer acima do mercado e continuar a ganhar quota de mercado.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num ano com as características referidas ao longo deste texto, é de salientar a qualidade do trabalho desenvolvido pelos Colaboradores, a quem agradecemos o seu contributivo decisivo.

Aos Clientes e Fornecedores em geral, e em especial àqueles com quem temos parcerias, o nosso compromisso de continuar a oferecer serviços inovadores que reforcem as relações comerciais.

À Banca e aos Auditores Externos e ao Conselho Fiscal agradecemos a confiança em nós depositada e o acompanhamento que nos prestaram ao longo de mais um exercício.

Finalmente, a esta data, devemos informar que não existe qualquer evento subsequente a reportar.

Maia, 31 de Agosto de 2018

O Conselho de Administração

Rui Augusto Matos Carrington da Costa

João Carlos Duarte Monteiro

José Luciano Diniz Pereira

Jorge Paulo Teixeira Pereira

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informação respeitante aos Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade detém ou transaccionou acções da Sociedade no periodo compreendido entre 1 de abril de 2017 e 31 de março de 2018, sendo a seguinte a sua estrutura accionista:

ACCIONISTAS	Nº ACÇÕES	% CAPITAL SOCIAL	% VOTOS
Admenta France	7.157.211	100%	100%
Total	7.157.211	100%	100%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a 31 de Março de 2018

The image shows the exterior of a modern building with a light-colored facade. A large, three-dimensional green sign on the wall reads "OCP Portugal". The sign features a stylized logo of four interlocking squares to the left of the text. Below the sign is a row of windows. In the foreground, there are green palm trees and a vertical signpost with the OCP Portugal logo and name. A grey diagonal shape is overlaid on the top right of the image.

OCP Portugal

A vertical signpost with a grey background and a green border. It features the OCP Portugal logo and name in green.

**OCP
Portugal**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	23
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	24
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	25
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	26
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	27
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	28
1 INTRODUÇÃO	28
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	34
4 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS	46
5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	47
6 ATIVOS INTANGÍVEIS	48
7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	48
8 INVENTÁRIOS	50
9 CLIENTES	51
10 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	52
11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	52
12 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS E OUTROS ATIVOS	53
13 IMPOSTOS DIFERIDOS	54
14 FLUXOS DE CAIXA	55
15 CAPITAL	56
16 RESERVAS LEGAIS	56
17 OUTRAS RESERVAS	56
18 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	57
19 LOCAÇÕES	58
20 ACCIONISTAS	59
21 FORNECEDORES	60
22 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	61
23 OUTRO PASSIVOS	61
24 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	62
25 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	62
26 OUTROS RENDIMENTOS	62
27 RESULTADOS FINANCEIROS	63
28 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	63
29 GASTOS COM PESSOAL	64
30 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	65
31 OUTROS GASTOS E PERDAS	65
32 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	65
33 SALDOS E PARTES RELACIONADAS	67
34 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	69
35 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	69
36 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.	69

RELATÓRIO & CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(VALORES EM EUROS)

RUBRICAS	NOTAS	31/03/2018	31/03/2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7.	4 117 743,00	4 862 407,53
Activos intangíveis	6.	3 000,03	3 000,03
Participações financeiras	4.	15 216 326,02	15 216 326,02
Outros activos financeiros	10.	11 240,10	5 711,20
Activos por impostos diferidos	13.	1 301 318,13	2 088 102,77
SUBTOTAL		20 649 627,28	22 175 547,55
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	8.	29 814 571,19	30 571 533,67
Clientes	9.	64 210 134,23	65 099 970,96
Adiantamentos a fornecedores		2 271,09	2 092,81
Estado e outros entes públicos	11.	1 117 394,92	451 491,36
Subsidiárias	20	2 513 559,08	
Accionistas	20.	3 427 608,31	3 945 638,30
Outras contas a receber	12.	5 438 989,55	3 783 262,55
Diferimentos	12.	66 631,29	73 978,46
Caixa e depósitos bancários	14.	852 719,61	741 955,54
SUBTOTAL		107 443 879,27	104 669 923,65
TOTAL DO ACTIVO		128 093 506,55	126 845 471,20
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	15.	35 786 055,00	35 786 055,00
Reservas legais	16.	3 847 803,78	3 435 388,47
Outras reservas	17.	22 133 436,74	22 133 436,74
Resultados transitados		277 039,83	(7 558 851,14)
SUBTOTAL		62 044 335,35	53 796 029,07
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		8 756 527,10	8 248 306,28
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		70 800 862,45	62 044 335,35
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	24.	4 572,10	4 572,10
Passivo por impostos diferidos	13.	141 738,06	279 464,63
Outras contas a pagar	22.	3 250 000,00	4 875 000,00
SUBTOTAL		3 396 310,16	5 159 036,73
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	21.	47 164 678,61	47 379 112,04
Estado e outros entes públicos	11.	269 244,54	3 146 053,86
Accionistas	20.	0,00	2 616 545,94
Financiamentos obtidos	18.	0,00	0,00
Outras dívidas a terceiros	22.	1 628 384,50	2 222 950,61
Outros passivos	23.	4 834 026,29	4 274 436,67
Diferimentos	23.	0,00	3 000,00
SUBTOTAL		53 896 333,94	59 642 099,12
TOTAL DO PASSIVO		57 292 644,10	64 801 135,85
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		128 093 506,55	126 845 471,20

O Contabilista Certificado

José Manuel Gomes Rodrigues

O Conselho de Administração

Rui Augusto Matos Carrington da Costa

João Carlos Duarte Monteiro

José Luciano Diniz Pereira

Jorge Paulo Teixeira Pereira

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

(VALORES EM EUROS)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	01-abr-17 a 31-mar-18	01-abr-16 a 31-mar-17
Vendas e serviços prestados	25.	522 340 983,29	524 405 583,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.	(487 878 766,65)	(488 923 319,49)
Fornecimentos e serviços externos	28.	(13 572 678,69)	(13 509 610,36)
Gastos com pessoal	29.	(10 393 426,79)	(10 342 071,83)
Imparidade de inventários ((perdas)/reversões)	24.	(71 759,75)	(71 821,66)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	24.	2 503 428,81	999 275,05
Outros rendimentos e ganhos	26.	215 912,71	231 542,28
Outros gastos e perdas	31.	(704 156,98)	(438 605,34)
RESULTADO ANTES DEPRECIACÕES, GAST.FINANCIAM.E IMPOSTOS		12 439 535,95	12 350 972,31
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	6., 7.	(817 231,80)	(783 141,35)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES GAST. FINANCIAM.,E IMPOSTOS)		11 622 304,15	11 567 830,96
Juros e rendimentos similares obtidos	27.	242 311,53	270 777,27
Juros e gastos similares suportados	18., 27.	(146 440,54)	(259 307,08)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		11 718 175,14	11 579 301,15
Impostos sobre o rendimento do período	32.	(2 961 648,04)	(3 330 994,87)
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		8 756 527,10	8 248 306,28
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO		1,22	1,15

O Contabilista Certificado

José Manuel Gomes Rodrigues

O Conselho de Administração

Rui Augusto Matos Carrington da Costa

João Carlos Duarte Monteiro

José Luciano Diniz Pereira

Jorge Paulo Teixeira Pereira

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio a 31 de Março de 2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE					
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período		35 786 055,00	3 051 774,73	22 133 436,74	(14 847 512,14)	7 672 274,74	53 796 029,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação de resultados					7 672 274,74	(7 672 274,74)	0,00
		0,00	0,00	0,00	7 672 274,74	(7 672 274,74)	0,00
Resultado líquido do período						8 248 306,28	8 248 306,28
Resultado integral			383 613,74		7 288 661,00	576 031,54	8 248 306,28
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Outras operações							0,00
Subtotal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período		35 786 055,00	3 435 388,47	22 133 436,74	(7 558 851,14)	8 248 306,28	62 044 335,35

Demonstração das Alterações no Capital Próprio a 31 de Março de 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE					
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período		35 786 055,00	3 435 388,47	22 133 436,74	(7 558 851,14)	8 248 306,28	62 044 335,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação de resultados			412 415,31		7 835 890,97	(8 248 306,28)	0,00
		0,00	412 415,31	0,00	7 835 890,97	(8 248 306,28)	0,00
Resultado líquido do período						8 756 527,10	8 756 527,10
Resultado integral							8 756 527,10
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Outras operações							0,00
Subtotal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período		35 786 055,00	3 847 803,78	22 133 436,74	277 039,83	8 756 527,10	70 800 862,45

O Contabilista Certificado

José Manuel Gomes Rodrigues

O Conselho de Administração

Rui Augusto Matos Carrington da Costa

João Carlos Duarte Monteiro

José Luciano Diniz Pereira

Jorge Paulo Teixeira Pereira

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(VALORES EM EUROS)

DESCRIÇÃO	31-mar-18	31-mar-17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8 756 527,10	8 248 306,28
Outro rendimento integral imputado de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
RENDIMENTO INTEGRAL	8 756 527,10	8 248 306,28

O Contabilista Certificado

José Manuel Gomes Rodrigues

O Conselho de Administração

Rui Augusto Matos Carrington da Costa

João Carlos Duarte Monteiro

José Luciano Diniz Pereira

Jorge Paulo Teixeira Pereira

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	01-ABR-17 A 31-MAR-18	01-ABR-16 A 31-MAR-17
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		516 668 200,52	527 472 668,83
Pagamentos a Fornecedores		(498 445 263,86)	(496 762 149,91)
Pagamentos ao Pessoal		(9 471 911,48)	(10 268 625,54)
Fluxos de Caixa Gerados pelas Operações		8.751.025,18	20.441.893,38
(Pagamento)/Recebimento do Imposto Sobre o Rendimento		(3.037.488,00)	(2.161.352,66)
Outros Recebimentos/(Pagamentos)		1.019.965,5	(1.318.550,36)
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		6 733 502,63	16 961 990,36
ACTIVIDADES INVESTIMENTOS			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos Fixos Tangíveis	8	(444 022,81)	(937 451,94)
Activos Intangíveis			
Investimentos Financeiros	8	(1 630 528,90)	(8 719 620,48)
Outros Activos			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos Fixos Tangíveis	8	210 000,00	732 999,96
Activos Intangíveis Investimentos Financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos Similares			
Dividendos			
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1 864 551,71)	(8 924 072,46)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos e Cash Pool			
Realizações de Capital e de Outros Instrum.de Capital Próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos e Cash Pool	18	(4 612 075,03)	(8 206 339,98)
Juros e Gastos Similares	18	(146 111,82)	(120 175,19)
Dividendos			
Refuções de Capital e de Outros Instrum.de Capital Próprio			
Outras Operações de Financiamento			
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4 758 186,85)	(8 326 515,17)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		110 764,07	(288 597,27)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	741 955,54	1 030 552,81
DESCOBERTOS BANCÁRIOS (OVERDRAFT)	4	852 719,61	741 955,54
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO (SEM DESCOBERTOS BANCÁRIOS)		852 719,61	741 955,54

O Contabilista Certificado

José Manuel Gomes Rodrigues

O Conselho de Administração

Rui Augusto Matos Carrington da Costa

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

João Carlos Duarte Monteiro

José Luciano Diniz Pereira

Jorge Paulo Teixeira Pereira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 INTRODUÇÃO

A OCP Portugal, Produtos Farmacêuticos, S.A. (referida neste documento como “OCP Portugal”), com sede na Rua do Barreiro nº 235, no Concelho da Maia, iniciou a sua actividade em 22 de fevereiro de 1960 com o objecto de comércio por grosso de produtos farmacêuticos.

A OCP Portugal é parte integrante de um dos maiores grupos mundiais de distribuição farmacêutica, a Mckesson, sendo no mercado europeu representada pela Mackesson Europe (ex-Celesio), com sede na Alemanha.

A OCP Portugal é fruto da fusão das sociedades “J.C.Crespo, SA”, “Castilho & Companhia Sucrs, Lda”, “Diprofar – Distribuidora de Produtos Farmacêuticos, SA”, “Francisco Pereira Viegas & Filhos,SA” e “Soquifa – Medicamentos, SA”.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da OCP Portugal, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A empresa está dispensada de elaborar contas consolidadas de acordo com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. A dispensa ocorre em virtude das demonstrações financeiras da OCP Portugal serem incluídas nas contas consolidadas da Mckesson Europe, AG, a qual publica contas auditadas de acordo com as IFRS/EU.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de abril de 2017. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS

Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorreu pela primeira vez no exercício findo em 31 de março de 2017, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“NCRF”) para esse normativo foi 1 de abril de 2015, em conformidade com a IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, e com o Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, que veio permitir a sua adoção.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, suas subsidiárias, e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

2.2. NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de março de 2018:

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
1. ALTERAÇÕES ÀS NORMAS EFETIVAS A 1 DE JANEIRO DE 2017		
IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos	1 de janeiro de 2017

A adoção das alterações acima referidas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
2. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2018, JÁ ENDOSSADAS PELA UE		
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Reconhecimento do rêdito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2018
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral	1 de janeiro de 2018
Alterações à IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rêdito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de janeiro de 2018

A adoção das alterações acima referidas não teve e não se estima que venha a ter impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa, com exceção da IFRS16 – Locações.

Sobre a IFRS16, a OCP Portugal, tem actualmente vários imóveis arrendados, e viaturas em sistema de aluguer de longa duração. Com esta alteração contabilística todos estes bens terão que estar registados no Activo. À data da apresentação destas demonstrações financeiras, o impacto ainda está a ser calculado.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
3. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) E INTERPRETAÇÕES QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2018, AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UE		
3.1 – NORMAS		
Melhorias às normas 2014 - 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de janeiro de 2017 e 1 janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento	1 de janeiro de 2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021
3.2 - INTERPRETAÇÕES		
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	1 de janeiro de 2018
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de março de 2018.

2.3. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO IFRS

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelas IFRS.

2.4. JUÍZOS DE VALOR (EXCEPTUANDO OS QUE ENVOLVEM ESTIMATIVAS) QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

O valor nominal dos activos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respectivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral não difere do seu justo valor.

2.5. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO (ENVOLVENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE PROVOCAR AJUSTAMENTO MATERIAL NAS QUANTIAS ESCRITURADAS DE ACTIVOS E PASSIVOS DURANTE O ANO FINANCEIRO SEGUINTE)

- Estimativas e pressupostos críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

O valor de 1.301.318,13€ em Impostos Diferidos Activos (nota **13.**), será recuperado caso se materializem os planos de negócio previstos.

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

Adicionalmente a estimativa de perdas de imparidade para clientes é considerada uma estimativa relevante ao nível das demonstrações financeiras (nota **3.13**).

2.6. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

A) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, gerando uma perda para a Empresa. A principal fonte de risco de crédito é a exposição de crédito a clientes.

A OCP encontra-se exposta ao risco de incumprimento por parte dos seus clientes, em consequência do crédito concedido, no âmbito da sua atividade operacional corrente.

No entanto, a OCP tem implementado vários limites de crédito desde valor máximo em aberto, limite máximo de dias de vencimento de crédito, que cliente a cliente bloqueia as vendas em caso de incumprimento, diminuindo de forma eficaz, qualquer risco de crédito.

A OCP também tem uma equipa de crédito que diariamente faz a análise dos valores em aberto e um conselho de crédito que periodicamente reúne, analisa e decide medidas a tomar para reduzir qualquer risco de crédito.

De acordo com a Nota 9., verifica-se uma redução dos créditos de cobrança duvidosa, fruto de uma política de controlo de crédito rigorosa implementada. Esta evolução positiva traduz uma redução do risco ao qual os responsáveis da empresa têm de prestar toda a sua atenção.

B) RISCO DE NEGÓCIO

A empresa tem implementado um processo de avaliação de risco do negócio, centrado nos riscos económicos e financeiros, os primeiros função da política do medicamento e o posicionamento estratégico da empresa, os segundos atendendo à atuação do sistema bancário e a evolução das necessidades de fundo de maneio. Semestralmente, na Primavera e no Outono, a Administração avalia os riscos e adota medidas com vista a diminuir o impacto esperado.

C) RISCO DE LIQUIDEZ

A OCP não considera existir qualquer risco de liquidez, o seu passivo está coberto pelo seu activo e capital próprio. O programa de cash pooling que tem com o seu accionista único Admenta France, permite cobrir qualquer necessidade de liquidez de curto prazo.

D) RISCO DE TAXA DE JURO

A empresa não está exposta a qualquer risco de taxas de juro, pois todo o seu endividamento é para com o seu accionista único, não tendo qualquer valor em crédito bancário, o que lhe permite dispor de taxas de juros mais baixas, como indicado na nota **18**.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de abril de 2015 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

VIDAS ÚTEIS PARA ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ANOS
Edifícios e outras construções	entre 25 e 50 anos
Equipamento básico	entre 3 e 12 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 3 e 10 anos
Outros activos tangíveis	entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a OCP, sejam controláveis pela OCP e se possa medir fiavelmente o seu valor.

As despesas de investigação suportadas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a OCP demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a OCP. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida, não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.3. IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser expetavelmente descontinuada, o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A OCP classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

A) INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos em partes de capital em empresas subsidiárias são mensurados de acordo com o estabelecido na “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

B) INVESTIMENTOS

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;

- Investimentos disponíveis para venda;

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a OCP tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a OCP adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira como Investimentos correntes.

A OCP classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até ao vencimento. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiras” da demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

C) CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de “Clientes” e as “Outras dívidas de terceiros” são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo OCP tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

A explicação sobre a forma de cálculo das imparidades de clientes e outras contas a receber estão referenciadas na Nota **24**.

D) FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados nas rubricas “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 3.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

E) FORNECEDORES E DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

F) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também, quando existem, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas”, bem como as reversões de imparidade.

Nesta rubrica não se encontram registadas as devoluções de inventários efetuadas a fornecedores, que aguardam a troca ou compensação do seu valor por parte dos laboratórios por terem ultrapassado o prazo de validade ou terem sido retiradas do mercado pelo Infarmed. Estas mercadorias em poder de terceiros, estão incluídas no activo, na rubrica Outras Contas a Receber.

3.6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da OCP sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

3.7. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A OCP Portugal concedeu complementos de reforma e sobrevivência a antigos funcionários das sociedades entretanto fundidas na OCP Portugal, e assegura aos seus empregados um plano de assistência médica.

O efeito do referido complemento de pensões não é considerado materialmente relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios suportados por um seguro de saúde que abrange todos os funcionários, não sendo espectáveis responsabilidades decorrentes desta situação para a OCP Portugal, para além do próprio seguro.

3.8. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a OCP tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela OCP sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

3.9. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação. Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo é registada como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.10. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do exercício.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Empresa.

3.11. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a OCP Portugal tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para aliquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a OCP Portugal, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade não tem necessidade de incorrer em encargos de carácter ambiental, não tendo nenhum valor capitalizado ou reconhecido como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela companhia, são capitalizados.

3.12. SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na respetiva moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

3.13. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da OCP Portugal são continuamente avaliados, representando à data de cada relato financeiro a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1 PROVISÕES

A OCP Portugal analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.13.3 IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da OCP Portugal, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, alheias à OCP Portugal.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.13.4 IMPARIDADE DE CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

No exercício findo a 31 de março de 2018, a OCP Portugal estimou o valor recuperável das suas contas a receber de clientes farmácias tendo por base o valor das mesmas, considerando um cenário da sua liquidação, valorizando as mesmas num múltiplo de 0,8 do seu volume de negócios (0,7 em 31 de março de 2017) do exercício anterior (quando disponível, ou relativamente ao último exercício com informação disponível), após dedução da dívida financeira de cada farmácia, e considerando a existência de garantias reais e hipotecas sobre os alvarás das farmácias.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

3.14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, de materiais.

4 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Em Maio de 2016, foi concretizada a aquisição da totalidade do capital da Holon, S.A., com efeitos a 01 de Junho do mesmo ano, estando valorizado ao custo.

Em 31 de março de 2018, esta Participada encontra-se registada ao custo de aquisição que ascende a 15.216.326,02€.

A esta data e em relação a esta aquisição, estão por liquidar 4.875.000€, aos anteriores accionistas, que serão liquidados nos próximos três exercícios, 1.625.000€ em cada exercício futuro, conforme nota 22.

Os principais indicadores da Holon, SA no final dos últimos dois exercícios são os seguintes:

PRINCIPAIS INDICADORES	31/03/2018 (12 MESES)	31/03/2017 (15 MESES)
Vendas e prestação serviços	22 514 987,16	27 914 795,44
Resultados líquidos	1 316 566,39	821 640,76
Cash-Flow	1 531 546,46	1 340 540,68
Empregados nº	69,00	81,00
Activo não corrente	1 235 919,84	1 443 240,45
Activo corrente	7 007 434,10	6 721 157,14
Capital próprio	2 369 192,35	1 052 625,86
Passivo não corrente	485 187,71	2 953 068,50
Passivo corrente	5 388 973,88	4 158 703,23

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 3.4., foram classificadas como segue:

ATIVOS FINANCEIROS	NOTAS	31 - MAR - 18			31 - MAR - 17		
		MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO
Disponibilidades							
Caixa	14.	14.824,98		14.824,98	15.639,33		15.639,33
Depósito à ordem	14.	837.894,63		837.894,63	726.316,21		726.316,21
		852.719,61		852.719,61	741.955,54		741.955,54
Ao custo - não corrente							
Participação financeira	4.	15.216.326,02		15.216.326,02	15.216.326,02		15.216.326,02
Outros ativos financeiros	10.	11.240,10		11.240,10	5.711,20		5.711,20
		15.227.566,12		15.227.566,12	15.222.037,22		15.222.037,22
Ao custo amortizado - corrente							
Clientes	9.	92.692.516,41	(28.482.382,18)	64.210.134,23	96.085.781,95	(30.985.810,99)	65.099.970,96
Outras dívidas de terceiros	12.	1.155.573,13	(45.322,73)	1.110.250,40	68.952,50	(45.322,73)	23.629,77
Acionistas	20.	5.941.167,39		5.941.167,39	3.945.638,30		3.945.638,30
Outros ativos correntes	12.	4.395.370,44		4.395.370,44	3.835.704,24		3.835.704,24
		104.184.627,37	(28.527.704,91)	75.656.922,46	103.936.076,99	(31.031.133,72)	72.904.943,27
Totais		119.412.193,49	(28.527.704,91)	90.884.488,58	119.158.114,21	(31.031.133,72)	88.126.980,49

PASSIVOS FINANCEIROS	NOTAS	31 - MAR - 18			31 - MAR - 17		
		MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO
Ao custo amortizado - não corrente							
Outros credores não correntes	22.	3.250.000,00		3.250.000,00	4.875.000,00		4.875.000,00
		3.250.000,00		3.250.000,00	4.875.000,00		4.875.000,00
Ao custo amortizado - corrente							
Financiamentos obtidos	18.						
Fornecedores	21.	47.164.678,61		47.164.678,61	47.379.112,04		47.379.112,04
Outras dívidas a terceiros	22.	1.628.384,50		1.628.384,50	2.222.950,61		2.222.950,61
Acionistas	20.				2.616.545,94		2.616.545,94
Outros passivos corrente	23.	4.651.332,57		4.651.332,57	4.277.436,67		4.277.436,67
		53.444.395,68		53.444.395,68	56.496.045,26		56.496.045,26
Totais		56.694.395,68		56.694.395,68	61.371.045,26		61.371.045,26

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos intangíveis referem-se a software adquirido para suporte das actividades da OCP Portugal, e a um pequeno valor já completamente amortizado de alguns alvarás de funcionamento, não existindo qualquer valor referente a projectos de desenvolvimento, nem activos intangíveis em curso.

Do valor líquido dos Activos Intangíveis, apenas temos como valores relevantes, o valor de Software que está a ser amortizado com base de uma vida útil de 3 anos a uma taxa constante de 33,33%. Não foram apuradas imparidades nem outros ajustamentos que alterem os valores líquidos destes Activos Intangíveis.

Os registos integrados dos activos intangíveis são os seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS		PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	TOTAIS
Em 01-abr-16	Quantias brutas escrituradas	2 633 902,18	2 458,58	2 636 360,76
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(2 630 902,15)	(2 458,58)	(2 633 360,73)
	Quantias líquidas escrituradas	3 000,03		3 000,03
Em 31-mar-17 (01-abr-17)	Quantias brutas escrituradas	2 633 902,18	2 458,58	2 636 360,76
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(2 630 902,15)	(2 458,58)	(2 633 360,73)
	Quantias líquidas escrituradas	3 000,03		3 000,03
Em 31-mar-18	Quantias brutas escrituradas	2 633 902,18	2 458,58	2 636 360,76
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(2 630 902,15)	(2 458,58)	(2 633 360,73)
	Quantias líquidas escrituradas	3 000,03		3 000,03

7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício até 31 de março de 2018 não foi apurada qualquer imparidade nos Activos Tangíveis, nem foram efectuadas nenhuma reavaliações.

O resumo dos movimentos dos exercícios findos a 31 de março de 2017 e a 31 de março de 2018 por rubrica dos activos tangíveis é:

RELATÓRIO & CONTAS

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	"EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES"		EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAIS	
	TERRENOS	EDIFÍCIOS							
Em 01-abr-16	Quantias brutas escrituradas	1 082 586,96	6 121 716,94	8 943 029,90	110 605,72	4 057 142,16	806 627,58	21 121 709,26	
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(4 073 669,51)	(6 578 420,69)	(87 967,23)	(3 809 891,31)	(732 789,68)	(15 282 738,42)	
	Quantias líquidas escrituradas	1 082 586,96	2 048 047,43	2 364 609,21	22 638,49	247 250,85	73 837,90	5 838 970,84	
Adições				656 908,50		188 452,92	2 842,95	11 700,00	859 904,37
Alienações, sinistros e abates	Quantias brutas escrituradas	(342 478,32)	(1 590 812,79)	(77 332,06)	(15 675,00)	(844 975,67)	(20,59)	(2 871 294,43)	
	Depreciações		895 160,63	74 444,03	15 675,00	832 667,85	20,59	1 817 968,10	
Depreciações			(143 003,35)	(466 058,62)	(6 647,50)	(132 927,02)	(34 504,86)	(783 141,35)	
Em 31-mar-17 (01-abr-17)	Quantias brutas escrituradas	740 108,64	4 530 904,15	9 522 606,34	94 930,72	3 400 619,41	809 449,94	19 110 319,20	
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(3 321 512,23)	(6 970 035,28)	(78 939,73)	(3 110 150,48)	(767 273,95)	(14 247 911,67)	
	Quantias líquidas escrituradas	740 108,64	1 209 391,92	2 552 571,06	15 990,99	290 468,93	42 175,99	4 862 407,53	
Adições				286 513,50	3 250,00	118 651,42	389,89	408 804,81	
Transferências	Quantias brutas escrituradas			9 810,00			(9 810,00)		
Alienações, sinistros e abates	Quantias brutas escrituradas	(85 640,22)	(489 676,80)					(575 317,02)	
	Depreciações		239 079,48					239 079,48	
Depreciações			(86 074,28)	(536 121,92)	(6 715,20)	(169 007,72)	(19 312,68)	(817 231,80)	
Em 31-mar-18	Quantias brutas escrituradas	654 468,42	4 041 227,35	9 818 929,84	98 180,72	3 519 270,83	809 839,83	1 890,00	18 943 806,99
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(3 168 507,03)	(7 506 157,20)	(85 654,93)	(3 279 158,20)	(786 586,63)	(14 826 063,99)	
	Quantias líquidas escrituradas	654 468,42	872 720,32	2 312 772,64	12 525,79	240 112,63	23 253,20	1 890,00	4 117 743,00

Nos exercícios findos a 31 de Março de 2017 e 2018 foram feitos investimentos no aumento da capacidade dos nossos armazéns de Alverca, Torres Novas e Maia. O valor de adições em equipamento básico é referente a esse investimento.

No exercício findo a 31 de Março de 2017, foi alienado um imóvel em Viseu, já descontinuado à vários anos.

8 INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de março de 2018 e a 31 de março de 2017 são como se seguem:

INVENTÁRIOS	31/MAR/18	31/MAR/17
Mercadorias	29 848 094,46	30 773 068,94
	29 848 094,46	30 773 068,94
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	(33 523,27)	(201 535,27)
	29 814 571,19	30 571 533,67

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de março de 2018 e 2017 foi apurado como segue:

CUSTO DAS VENDAS	31/MAR/18	31/MAR/17
Inventários iniciais	30 773 068,94	30 606 113,43
Compras	486 925 817,21	488 961 662,60
Regularização de inventários	27.974,96	128 612,40
Inventários finais	(29 848 094,46)	(30 773 068,94)
Custo das vendas	487.878.766,65	488 923 319,49
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	(33 523,27)	(201 535,27)
	487.845.243,38	488 721 784,22

Dos valores registados como inventários não existem mercadorias em posse de fornecedores respeitante a devoluções e que se encontram a 31 de março de 2018 a aguardar a emissão de notas crédito ou a troca por novos produtos. A 31 de março de 2017 o valor de mercadorias em posse de fornecedores era 398.399,23€. No final de março de 2018, existiam ainda 97.419,85€ de mercadoria em poder de clientes, enquanto a 31 de março do exercício anterior o valor era 217.790,12€. No desenvolvimento da sua atividade a OCP Portugal acumulou mercadorias que não podem ser comercializadas, quer devido à ultrapassagem dos prazos de validade, quer pela retirada do mercado decretada pelo INFARMED, quer ainda pela degradação das respetivas embalagens.

Os detalhes desta rubrica podem ser consultados na nota 24 – Imparidade de ativos.

A variação ocorrida na rubrica de “Perdas por Imparidade Acumuladas” reflete o valor das mercadorias a aguardar o abate e destruição a efetuar.

9 CLIENTES

Em 31 de março de 2018 e em 31 de março de 2017, a decomposição da rubrica de Clientes, foi como se segue:

SALDO DAS CONTAS DE CLIENTES A RECEBER	31 - MAR - 18			31 - MAR - 17		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Clientes - grupo i)	14 800,03		14 800,03	112 955,06		112 955,06
Clientes - comunitários	2 252 458,08		2 252 458,08	2 105 421,97		2 105 421,97
Clientes - não comunitários						
Clientes - outros ii)	90 425 258,30		90 425 258,30	93 867 404,92		93 867 404,92
Ajustamento clientes	(28 482 382,18)		(28 482 382,18)	(30 985 810,99)		(30 985 810,99)
Total	64 210 134,23		64 210 134,23	65 099 970,96		65 099 970,96

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se aos saldos a receber de subsidiárias por conta de vendas de mercadorias e da acionista de serviços administrativos prestados e de apoio à gestão.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes nacionais decorrentes da venda de mercadorias.

A variação ocorrida na rubrica de ajustamentos deveu-se ao impacto do teste de imparidade às dívidas de clientes, e foi como se segue:

AJUSTAMENTOS CONTA CLIENTES	31/MAR/18	31/MAR/17
A 1 de abril	30 985 810,99	32 169 289,42
Aumentos	620 420,55	1 558 094,15
Utilizações		(184 203,38)
Reduções	(3 123 849,36)	(2 557 369,20)
A 31 de março	28 482 382,18	30 985 810,99

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

Em 31 de março de 2018 e de 2017, o detalhe da antiguidade de saldos de Clientes, líquido de imparidades é como segue:

RELATÓRIO & CONTAS

	CLIENTES	
	31/MAR/18	31/MAR/17
Não vencido	57 355 804,04	58 787 983,02
Vencido:		
0 - 30 dias	4 915 268,07	1 570 065,55
30 - 60 dias	249 269,95	728 375,76
60 - 90 dias	17 102,93	105 945,63
+ 90 dias	1 672 689,24	3 907 601,00
Total	6 854 330,19	6 311 987,94
TOTAL	64 210 134,23	65 099 970,96

10 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de março de 2018 e 2017 a rubrica não corrente “Outros ativos financeiros” inclui o valor das contribuições para o Fundo de compensação do Trabalho (“FCT”), no montante de 11.240,10 Euros e 5.711,20 Euros, respetivamente.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017, os saldos das contas Estado e Outros Entes Públicos tinham o seguinte detalhe:

DETALHE SALDOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/MAR/18				31/MAR/17			
	DEVEDOR	CREDOR	SALDO DO ACTIVO	SALDO DO PASSIVO	DEVEDOR	CREDOR	SALDO DO ACTIVO	SALDO DO PASSIVO
Imposto Sobre o rendimento:	3 037 488,00	(2 312 589,97)	724 898,03		930 658,00	(3 790 101,06)		(2 859 443,06)
Pagamento por conta	3 037 488,00				930 658,00			
Retenções na fonte								
Apuramento								
Imposto estimado		(2 312 589,97)				(3 790 101,06)		
Retenções de impostos sobre o rendimento		(102 148,12)		(102 148,12)		(112 312,39)		(112 312,39)
Imposto sobre o valor acrescentado	392 496,89		392 496,89		451 491,36		451 491,36	
Contribuições para a Segurança Social		(167 096,42)		(167 096,42)		(174 298,41)		(174 298,41)
Imposto de selo								
Total	3 429 984,89	(2 581 834,51)	1 117 394,92	(269 244,54)	1 382 149,36	(4 076 711,86)	451 491,36	(3 146 053,86)

12 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS E OUTROS ATIVOS

OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS:

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de março de 2018 e 2017 é o seguinte:

OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	31/MAR/18	31/MAR/17
CORRENTE		
Outras dívidas de terceiros (montante bruto)	1 155 573,13	68 952,50
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 24)	(45 322,73)	(45 322,73)
Outras dívidas de terceiros (montante líquido)	1 110 250,40	23 629,77

Em 31 de março de 2018 e de 2017, a antiguidade dos saldos de outras dívidas de terceiros (parcela corrente) pode ser analisada como segue:

	OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	
	31/MAR/18	31/MAR/17
Não vencido	1 110 250,40	23 629,77
Vencido		
0 - 30 dias		
30 - 60 dias		
60 - 90 dias		
+ 90 dias		
Total		
TOTAL	1 110 250,40	23 629,77

A 31 de Março de 2018, esta rubrica está incluído o valor de 914.795,31€ de mercadoria devolvida ao abrigo de trocas e devoluções, que está em poder de fornecedores e a aguardar as respectivas notas de crédito.

OUTROS ATIVOS:

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de março de 2018 e 2017 é o seguinte:

RELATÓRIO & CONTAS

OUTROS ATIVOS CORRENTES	31/MAR/18	31/MAR/17
Acréscimos de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	4 328 739,15	3 783 262,55
	4 328 739,15	3 783 262,55
Outros Devedores		
Outros fornecimentos e serviços externos	195 455,09	
Créditos a receber de fornecedores	914 795,31	
	1 110 250,40	
Diferimentos		
Rendas e alugueres	66 631,29	66 515,96
Outros fornecimentos e serviços externos		7 462,50
	66 631,29	73 978,46

O valor de acréscimos de rendimentos no exercício findo a 31 de março de 2018 incluem 384.923,30€ de descontos pronto pagamento obtidos de faturas a pagar mas ainda não vencidas. A 31 de março de 2017 o valor considerado foi de 386.976,91€.

Também na rubrica de acréscimos de rendimento, está registado a 31 de março de 2018, o valor de 3.612.851,85€ referente a valores devidos pela Industria Farmacêutica por parcerias, como as Transfer Orders e equipa Connect. A 31 de março de 2017, o valor destas parcerias era de 2.691.823,53€.

13 IMPOSTOS DIFERIDOS

A taxa de imposto utilizada para a valorização dos impostos diferidos à data de balanço dos dois últimos exercícios foi de 25,50%.

O valor indicado de impostos diferidos tem o seguinte detalhe:

RELATÓRIO & CONTAS

DA (REDUÇÃO)/REVERSÃO DE UMA DIMINUIÇÃO ANTERIOR DE ACTIVOS/PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	31/MAR/18		31/MAR/17	
	ATIVOS	PASSIVO	ATIVOS	PASSIVO
Saldo Inicial:	2 088 102,77	279 464,63	1 575 196,94	225 664,99
Descontos a conceder	(26 954,31)		30 330,68	
Imparidade de dívidas a receber	(759 830,32)		482 575,15	
Tributação autónoma de prémios a pagar		(137 726,57)		53 799,64
Movimento do ano:	(786 784,64)	(137 726,57)	512 905,83	53 799,64
Saldo final:	1 301 318,13	141 738,06	2 088 102,77	279 464,63

Do valor final referente a impostos diferidos é discriminado da seguinte forma:

DECRIMINAÇÃO DOS ACTIVOS/PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	31/MAR/18		31/MAR/17	
	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo
Descontos a conceder	420 809,15		447 763,46	
Imparidade de dívida a receber	880 508,98		1 640 339,30	
Depreciações sobre reavaliações fiscais não aceites				48 519,49
Tributação autónoma de prémios a pagar		141 738,06		230 945,14
	1 301 318,13	141 738,06	2 088 102,77	279 464,63

14 FLUXOS DE CAIXA

14.1 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Todos os valores registados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para o seu uso.

14.2 - DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de março de 2018 e em 31 março de 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa, sem os descobertos bancários, apresentam os seguintes valores:

RELATÓRIO & CONTAS

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO		31/MAR/18			31/MAR/17		
		QUANTIAS DISPONÍVEIS PARA USO	QUANTIAS INDISPONÍVEIS PARA USO	TOTAIS	QUANTIAS DISPONÍVEIS PARA USO	QUANTIAS INDISPONÍVEIS PARA USO	TOTAIS
Caixa	Numerário	14 824,98		14 824,98	15 639,33		15 639,33
	Subtotais	14 824,98		14 824,98	15 639,33		15 639,33
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	837 894,63		837 894,63	726 316,21		726 316,21
	Outros depósitos bancários						
	Subtotais	837 894,63		837 894,63	726 316,21		726 316,21
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		852 719,61		852 719,61	741 955,54		741 955,54

Ao fecho dos últimos dois exercícios em análise não existia qualquer valor em descobertos bancários (nota 18.).

15 CAPITAL

Em 31 de março de 2018, o capital social da OCP Portugal, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 7.157.211 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

16 RESERVAS LEGAIS

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

O valor das reservas legais nos últimos dois exercícios era de 3.847.803,78€ a 31 de março de 2018 e de 3.435.388,47€ a 31 de março de 2017. Deste valor 344.074,79€ referem-se a reservas de reavaliação, apuradas com a reavaliação a edifícios efectuadas ao abrigo de diplomas legais.

17 OUTRAS RESERVAS

O detalhe dos movimentos em outras reservas foi o seguinte:

SALDO DE OUTRAS RESERVAS	31/MAR/18	31/MAR/17
A 1 de abril	22 133 436,74	22 133 436,74
Dividendos		
Aplicação de resultados		
A 31 de março	22 133 436,74	22 133 436,74

18 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em relação ao programa de transferência de fundos, cash pooling referido na nota 20., sobre o Deutsch Bank entre a OCP Portugal e a Admenta France, a taxa de Juro a 31 de março de 2018 destas operações era de 0,60%, enquanto que no exercício findo a 31 de março de 2017 foi de 0,72%.

O resumo dos juros pagos e outros gastos similares suportados é o seguinte:

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	31/MAR/18	31/MAR/17
JUROS:	64 189,57	94 609,09
Admenta France Cash Pooling	62 066,81	94 306,77
Descoberto Bancário	37,01	302,32
Outros	2 085,75	
Guarantee Fee		(23 064,04)
Commitment Fee	43 624,17	48 877,50
Outros	40 712,55	138 884,53
Total	148 526,29	259 307,08

O quadro seguinte detalha as alterações nos passivos da Empresa decorrentes das atividades de financiamento, incluindo as alterações monetárias e não monetárias. Os passivos decorrentes das atividades de financiamento são aqueles para os quais os fluxos de caixa foram, ou os fluxos de caixa futuros serão, classificados no resultado da Empresa como Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/MAR/18	31/MAR/17
Saldo inicial de financiamentos:		
Corrente		
Não Corrente		
Total		
Recebimentos provenientes de financiamentos obtidos		
Pagamentos provenientes de financiamentos obtidos	(4 612 075,03)	(8 206 339,98)
Outros		
Total	(4 612 075,03)	(8 206 339,98)
Saldo final de financiamentos:		
Corrente		
Não Corrente		
Total	(4 612 075,03)	(8 206 339,98)

19 LOCAÇÕES

19.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2009 e no seguimento da estratégia seguida pelo grupo Celesio a OCP Portugal iniciou um contrato gestão dos equipamentos informáticos com a Hewlett-Packard GmbH (HP). O processo inicial constituía a realização de um Lease-Back a 3 anos dos ativos corpóreos de hardware e a substituição ao longo dos 4 anos seguintes de todos os equipamentos informáticos. Essa substituição será feita faseadamente, e por cada fase seria realizado um novo contrato de leasing por períodos de 4 ou 5 anos conforme a categoria de bens.

ACTIVOS QUE SE ENCONTRAM A SER FINANCIADOS ATRAVÉS DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, RESPECTIVAS QUANTIAS ESCRITURADAS LÍQUIDAS E RENDAS CONTINGENTES RECONHECIDAS COMO GASTO NO PERÍODO	LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR				31/MAR/18		31/MAR/17	
	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO	PRAZO DA LOCAÇÃO		QUANTIAS ESCRITURADAS LÍQUIDAS DOS ACTIVOS LOCADOS EM 31-MAR-2018	RENDAS CONTINGENTES RECONHECIDAS COMO GASTO NO PERÍODO	QUANTIAS ESCRITURADAS LÍQUIDAS DOS ACTIVOS LOCADOS EM 31-MAR-2017	RENDAS CONTINGENTES RECONHECIDAS COMO GASTO NO PERÍODO
			COMEÇO	FIM				
Activos fixos tangíveis	Hardware	HP	MPS	01/03/2011	30/04/2016			30 973,04
Totais								30 973,04

19.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

A OCP Portugal teve até 31 de março de 2018, cerca de 73 contratos ativos de aluguer operacional, referente a viaturas afetas à distribuição e de viaturas para outros fins. No final de março de 2017 existiam 67 contratos ativos.

O prazo dos contratos varia entre 20 e 48 meses consoante o número de kms espectáveis que cada viatura possa fazer.

Os contratos estão divididos por 3 locadoras. Os contratos são adjudicados depois de analisadas propostas de cada locadora para cada contrato individualmente.

À mesma data a OCP detinha ainda contratos de arrendamento de imóveis afectos à sua actividade operacional, em Alverca, Viseu, Torres Novas, Régua e Maia. Estes contratos já estão em vigor à mais de 10 anos.

Os valores dos futuros pagamentos são os seguintes:

FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS	31/MAR/18	31/MAR/17
	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS
Até 1 ano	1 490 665,19	1 095 000,44
Entre 1 e 2 anos	1 179 569,98	1 045 523,57
Entre 2 e 3 anos	1 060 213,27	977 196,10
4 anos	989 273,91	945 020,96
Totais	4 719 722,35	4 062 741,07

20 ACCIONISTAS

Como referido na nota 33. a OCP Portugal é detida integralmente pela Admenta France, e como também referido na nota 18., existe um programa de transferência de fundos diários, cash pooling, sobre o Deutsch Bank entre a OCP Portugal e a Admenta France. A 31 de março de 2018 o saldo em ativo corrente destas transferências eram favoráveis à OCP Portugal em 3.431.921,62€. No final de março de 2017 o saldo das transferências eram desfavoráveis à OCP Portugal em 2.616.545,94€.

Ainda no activo corrente a OCP detinha à data do fecho do exercício um valor de 2.513.559,08€ também referente a um programa de financiamento cash pooling com a Holon, S.A., que se iniciou logo no início do exercício. Com este novo programa de financiamento, foi liquidado pela Holon, S.A., o valor de 3.945.638,30€, referente a um empréstimo de tesouraria que estava registado no activo de curto prazo no final de Março de 2017.

21 FORNECEDORES

Em 31 de março de 2018 e a 31 de março de 2017, os saldos de fornecedores detalha-se como se segue:

SALDO DAS CONTAS DE FORNECEDORES A PAGAR	31/MAR/18			31/MAR/17		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores - casa mãe i)	314 950,75		314 950,75	466 512,23		466 512,23
Fornecedores - subsidiárias						
Fornecedores - comunitários	99,50		99,50	14 303,84		14 303,84
Fornecedores - Outros ii)	46 849 628,36		46 849 628,36	46 898 295,97		46 898 295,97
Total	47 164 678,61		47 164 678,61	47 379 112,04		47 379 112,04

i) Fornecedores – casa mãe: esta rubrica refere-se aos saldos a pagar à casa mãe, de serviços administrativos e de apoio à gestão.

ii) Fornecedores - Outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a pagar de compras de mercadorias a fornecedores nacionais.

Em 31 de março de 2018 e de 2017, o detalhe da maturidade de saldos de Fornecedores, é como segue:

	31/MAR/18	A PAGAR		
		ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	MAIS DE 180 DIAS
Fornecedores - Conta corrente	47 164 678,61	47 126 031,30		38 647,31
Fornecedores - Outros				
Total	47 164 678,61	47 126 031,30		38 647,31

	31/MAR/17	A PAGAR		
		ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	MAIS DE 180 DIAS
Fornecedores - Conta corrente	47 379 112,04	47 204 599,23	112 087,25	62 425,56
Fornecedores - Outros				
Total	47 379 112,04	47 204 599,23	112 087,25	62 425,56

22 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de março de 2018 e em 31 de março de 2017 a decomposição da rubrica outras dívidas a terceiros a curto prazo é como se segue:

	31/MAR/18	A PAGAR		
		ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	MAIS DE 180 DIAS
Outros credores:				
Credores Diversos	1 625 000,00		1 625 000,00	
Pessoal	3 384,50	3 384,50		
Total	1 628 384,50	3 384,50	1 625 000,00	

	31/MAR/17	A PAGAR		
		ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	MAIS DE 180 DIAS
Outros credores:				
Credores Diversos	2 218 654,29	2 218 654,29		
Pessoal	4 296,32	4 296,32		
Total	2 222 950,61	2 222 950,61		

Na rubrica de Outras Contas a Pagar em dívida não corrente, em 31 de Março de 2018, os valores de 3.250.000,00€ e 1.625.000,00€ em dívida corrente, são referentes a pagamentos futuros aos antigos accionistas da Holon, SA., adquirida em maio de 2017, de acordo com o contrato de aquisição.

23 OUTRO PASSIVOS

Em 31 de março de 2018 e 2017 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31/MAR/18	31/MAR/17
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	2 572 744,64	2 546 546,85
Descontos a conceder a clientes	1 650 231,96	1 727 889,82
Outros	611 049,69	
Subtotal	4 834 026,29	4 274 436,67
Diferimentos:		
Outros		3 000,00
Subtotal		3 000,00
Total	4 834 026,29	4 277 436,67

24 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

RUBRICAS	SALDO EM 01 ABRIL 2017	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	OUTROS MOVIMENTOS	SALDO EM 31 MARÇO 2018
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 9.)	30.985.810,99	620.420,55	(3.123.849,36)		28.482.382,18
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos (Nota 12.)	45 322,73				45 322,73
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 8.)	201 535,27	71 759,75		(239 771,75)	33 523,27
Provisões não correntes	4 572,10				4 572,10
Total	31 237 241,09	692 180,30	(3 123 849,36)	(239 771,75)	28 565 800,28

RUBRICAS	SALDO EM 01 ABRIL 2016	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	OUTROS MOVIMENTOS	SALDO EM 31 MARÇO 2017
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 9.)	32 169 289,42	1 558 094,15	(2 557 369,20)	(184 203,38)	30 985 810,99
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos (Nota 12.)	45 322,73				45 322,73
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 8.)	129 713,61	71 821,66			201 535,27
Provisões não correntes	25 269,74		(20 697,64)		4 572,10
Total	32 369 595,50	1 629 915,81	(2 578 066,84)	(184 203,38)	31 237 241,09

25 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2018 e 2017 as vendas e prestações de serviços, por mercados, foram os seguintes:

VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MERCADO	31/MAR/18			31/MAR/17		
	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL
Venda de bens	488 907 012,04	29 968 283,69	518 875 295,73	479 700 048,38	42 095 628,31	521 795 676,69
Prestação de serviços	3 465 687,56		3 465 687,56	2 600 996,97	8 910,00	2 609 906,97
Total	492 372 699,60	29 968 283,69	522 340 983,29	482 301 045,35	42 104 538,31	524 405 583,66

26 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros Rendimentos, em 2018 e 2017, é detalhado como segue:

OUTROS RENDIMENTOS	31/MAR/18	31/MAR/17
Ganhos em Inventários	56 009,23	11 813,63
Outros rendimentos e ganhos	159 903,48	219 728,65
Subsídios do estado		
Total	215 912,71	231 542,28

27 RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de Resultados Outros Rendimentos, em 2018 e 2017, é detalhado como segue:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/MAR/18	31/MAR/17
GASTOS E PERDAS:		
JUROS SUPORTADOS		
relativos a financiamentos obtidos	2 085,75	302,32
relativos a cash pooling	62 066,81	94 306,77
	64 152,56	94 609,09
Guarantee Fee		(23 064,04)
Commitment Fee	43 624,17	48 877,50
Outros	38 663,81	138 884,53
Total	146 440,54	259 307,08
Rendimentos e Ganhos:		
Juros Obtidos		
relativos a depósitos bancários	43 840,05	41 210,98
outras aplicações em meios financeiros líquidos	198 471,48	229 566,29
	242 311,53	270 777,27
Total	242 311,53	270 777,27
Resultados Financeiros	95 870,99	11 470,19

O valor registado na rubrica Juros e outros rendimentos financeiros estão incluídos juros de mora cobrados a clientes por atrasos no pagamento no valor de 198.471,48€. Na mesma rubrica e em 31 de março de 2017 o valor debitado a clientes foi de 229.566,29€.

28 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

RELATÓRIO & CONTAS

FORNECEDIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/MAR/18	31/MAR/17	FORNECEDIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/MAR/18	31/MAR/17
Subcontratos			Deslocações, estadas e transportes:		
Serviços especializados:			Deslocações e estadas	306 890,85	320 416,29
Trabalhos especializados - sistemas de informação	1 520 836,90	1 751 713,76	Transportes de mercadorias	4 427 359,04	4 379 884,13
Trabalhos especializados - outros	3 284 831,49	2 746 446,67	Outros		
Publicidade e propaganda	37 156,50	54 069,95	Serviços diversos:		
Vigilância e segurança	24 453,27	26 940,00	Rendas e alugueres - edifícios	903 572,49	903 272,38
Honorários	374 272,23	368 981,72	Rendas e alugueres - viaturas	433 823,57	458 724,91
Comissões	7 317,07	36 500,00	Rendas e alugueres - outras	27 747,78	22 338,55
Conservação e reparação - edifícios	107 811,14	154 025,86	Comunicação	387 063,29	367 751,90
Conservação e reparação - equip. básicos	156 540,89	115 815,44	Seguros	156 045,20	176 457,76
Conservação e reparação - viaturas	116 024,39	166 220,73	Royalties		
Conservação e reparação - outros	13 785,04		Contencioso e notariado	19 742,92	23 237,92
Outros		212,07	Despesas de representação	39 320,17	54 613,42
Materiais:			Limpeza, higiene e conforto	142 729,32	144 895,07
Material de escritório	142 961,26	151 865,37	Outros	4,00	3 362,28
Artigos para oferta	31 417,59	31 417,33			
Outros materiais	162 788,58	274 587,76			
Energia e fluídos:					
Electricidade	369 841,23	373 767,20			
Combustíveis	372 491,78	395 817,12			
Outros fluídos	5 850,70	6 274,77	Total	13 572 678,69	13 509 610,36

29 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com o pessoal incorrido durante os exercícios até 31 de março de 2018 e findo a 31 de março de 2017, foram os que se seguem:

GASTOS COM PESSOAL	31/MAR/18	31/MAR/17
Remunerações - Orgãos sociais	1 192 774,52	1 293 320,41
Remunerações - Pessoal	7 224 143,28	7 058 159,98
Encargos sobre remunerações	1 571 904,93	1 529 262,03
Indemnizações	66 062,60	132 082,46
Seguros acid.trabalho e doenças profissionais	197 887,86	212 663,71
Gastos de acção social	245,07	
Outros gastos com o pessoal	140 408,53	116 583,24
Total	10 393 426,79	10 342 071,83
Número médio de trabalhadores activos	291	283
Número final de trabalhadores activos	291	294

30 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A OCP Portugal reconheceu no exercício todas as obrigações com os seus colaboradores, pagas ou devidas, como salários, subsídios, prémios, contribuições para a segurança social, etc.

30.1. PLANO DE PENSÕES

A OCP Portugal não concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos colaboradores que se encontravam ao serviço. No entanto existe um valor pago mensalmente de complemento de reforma a ex-colaboradores de algumas companhias entretanto adquiridas pela OCP Portugal.

Os valores pagos e imputados na demonstração de resultados de 2018 foi de 16.989,60€ enquanto que em março 2017 foi de 17.463,88€.

31 OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos outros gastos e perdas até 31 de março de 2018 e até 31 de março de 2017 é o seguinte:

OUTROS GASTOS	31/MAR/18	31/MAR/17
Imposto sobre o rendimento		1 007,81
Outros impostos	28 680,04	52 902,96
Perdas em inventários	23 298,17	13 014,14
Donativos	991,60	6 660,00
Dividas Incobráveis	467 021,65	14 942,89
Outros	184 165,52	350 077,54
Total	704 156,98	438 605,34

32 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe do imposto sobre o rendimento, é conforme segue:

	31/MAR/18	31/MAR/17
Imposto corrente	2 312 589,97	3 790 101,06
Imposto diferido	649 058,07	(459 106,19)
	2 961 648,04	3 330 994,87

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017, a taxa efetiva de imposto é demonstrada como segue:

RELATÓRIO & CONTAS

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO	31/MAR/18	31/MAR/17
Resultado antes de Imposto	11 718 175,14	11 579 301,15
Taxa de Imposto	21,0%	21,0%
Valor de Imposto	2 460 816,78	2 431 653,24
Benefícios Fiscais		(21 757,78)
Gastos/Rendimentos não dedutíveis	(90 135,98)	11 630,77
Rendimentos não tributáveis		
Tributação autónoma	253 083,96	262 338,29
Derrama Municipal	122 973,05	194 337,77
Derrama Estadual	214 910,23	452 792,58
Imposto corrente s/ rendimento	2 961 648,04	3 330 994,87
Taxa efectiva de imposto	25,3%	28,8%

Nas tributações autónomas temos a salientar que a Lei nº 3-B/2011 de 28 de Abril cria o nº 13 do art.88º do CIRC, que acrescenta às tributações autónomas, a tributação em 35% dos gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a elementos da Administração nas condições indicadas na alínea b) do nº 13 do Art.88º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da OCP Portugal estão sujeitas a revisão e a possibilidade de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da OCP Portugal entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de março de 2018.

33 SALDOS E PARTES RELACIONADAS

33.1. RELACIONAMENTOS COM A EMPRESA-MÃE

À data da preparação deste anexo às demonstrações financeiras, a OCP Portugal é controlada pela ADMENTA FRANCE que detém 100% do capital da empresa. O último accionista é o Grupo americano McKesson, líder norte-americano no mercado grossista de medicamentos, que completou em Fevereiro de 2014 a aquisição do capital da Celesio, AG. Em Setembro último, a Celesio, AG mudou de nome, passando a denominar-se Mckesson Europe.

O organograma resumido de estrutura de participações do grupo é o seguinte:



33.2. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da OCP Portugal foi considerado como sendo o único elemento “chave” da gestão do Grupo. Durante o exercício findo em 31 de março de 2018 e 2017, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO	31/MAR/18	31/MAR/17
Remunerações do exercício (nota 29.)	1 192 774,52	1 293 320,41
Totais	1 293 320,41	1 293 320,41

33.3. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No exercício findo a 31 de março de 2018 a OCP efectuou algumas transacções activas e passivas com empresas do grupo a que pertence.

Destacamos o valor de juros pagos pelos empréstimos obtidos à Admenta France e vendas de mercadorias a empresas do grupo Celesio.

(a) Transações com as partes relacionadas:

TRANSAÇÕES COM AS PARTES RELACIONADAS	31/MAR/18						31/MAR/17						
	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÃO OBS	SERVIÇOS PRESTADOS	JUROS ACTIVOS	JUROS PASSIVOS E OUTROS ENC.	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÃO OBS	SERVIÇOS PRESTADOS	JUROS ACTIVOS	JUROS PASSIVOS E OUTROS ENC.	
Empresa-mãe	Admenta France						105 691,00						120 120,23
	Celesio		1 736 125,00	8 910,00					1 266 711,72	8 910,00			
	Subtotais		1 736 125,00	8 910,00					1 266 711,72	8 910,00			
Subsidiárias	Holon, SA		9 256 422,20	733 217,49	76 800,00	43 840,05	6 262 075,45		423 825,09			41 210,98	
	AAH Pharmaceuticals		1 047 722,93					4 131 148,45					
	Subtotais		1 047 722,93	9 256 422,20	733 217,49	76 800,00	43 840,05	4 131 148,45	6 262 075,45	423 825,09			41 210,98
Totais		1 047 722,93	9 256 422,20	2 469 342,49	85 710,00	43 840,05	105 691,00	4 131 148,45	6 262 075,45	1 690 536,81	8 910,00	41 210,98	120 120,23

(b) Saldos com partes relacionadas

QUANTIAS DOS SALDOS PENDENTES COM PARTES RELACIONADAS, RESPECTIVAS PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS E GASTOS RECONHECIDOS A RESPEITO DE DÍVIDAS INCOBRÁVEIS OU DE COBRANÇA DUVIDOSA DE PARTES RELACIONADAS	31/MAR/18		31/MAR/17	
	SALDOS PENDENTES EM 31.03.2018		SALDOS PENDENTES EM 31.03.2017	
	CLIENTE E ACCIONISTAS DEVEDORES	FORNECEDOR E ACCIONISTAS CREDITORES	CLIENTE E ACCIONISTAS DEVEDORES	FORNECEDOR E ACCIONISTAS CREDITORES
Empresa-mãe	Admenta France		3 427 608,31	2 642 359,40
	Celesio		8 910,00	8 910,00
	Subtotais		3 436 518,31	8 910,00
Subsidiárias	Holon, SA		2 518 890,63	3 988 246,63
	AAH Pharmaceuticals		558,48	104 045,06
	Subtotais		2 519 449,11	4 092 291,69
Totais		5 955 967,42	3 050 966,28	

34 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

34.1. HONORÁRIOS PAGOS À SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

HONORÁRIOS FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS	31/MAR/18			31/MAR/17		
	HONORÁRIOS FACTURADOS	EFEITOS DAS PERÍODIZAÇÕES	TOTAL	HONORÁRIOS FACTURADOS	EFEITOS DAS PERÍODIZAÇÕES	TOTAL
Revisão legal das contas	67 145,70		67 145,70	41 700,00		41 700,00
Total	67 145,70		67 145,70	41 700,00		41 700,00

35 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

A OCP Portugal, não tem qualquer transação, nem qualquer saldo em moeda estrangeira, não tendo assim registado qualquer efeito de alterações de taxas de câmbio.

36 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.

Após 31 de março de 2018 e até esta data, não temos a registar acontecimentos subsequentes.

O Contabilista Certificado

José Manuel Gomes Rodrigues

O Conselho de Administração

Rui Augusto Matos Carrington da Costa

João Carlos Duarte Monteiro

José Luciano Diniz Pereira

Jorge Paulo Teixeira Pereira



RELATÓRIO & CONTAS

OCP Portugal

01 de Abril de 2017 a 31 de Março de 2018